

5

As Organizações Não-Governamentais de Manaus e o Serviço Social – o que revelam os dados coletados

Nesta seção os resultados obtidos na pesquisa de campo serão tratados e analisados com o objetivo de verificar as hipóteses levantadas no início deste estudo quanto aos elementos para o estudo do perfil profissional do Assistente Social que atua nas ONGs de Manaus, bem como em relação aos possíveis desafios e limites que encontram neste espaço ocupacional.

Dessa forma, este capítulo amplia a discussão inicial, na medida em que busca conhecer os sujeitos concretos, ou seja, através de uma visão analítico-histórica, reconhece estes sujeitos como vivos, posto que desenvolvem seu trabalho profissional, seu conhecimento e suas relações de trabalho e sua participação política. Assim, foi elaborado um perfil do profissional de Serviço Social que está em atividade em ONGs situadas no âmbito da cidade de Manaus, mas que interage com o universo dos demais profissionais, quer sejam assistentes sociais ou não, no exercício de sua atividade laborativa.

Em razão do elevado número de ONGs que estão em atividade no Amazonas, que de acordo com o Fundo de Promoção Social⁵⁰, somam em duzentos e vinte, distribuídas na capital e no interior do estado, optou-se por aquelas que mantêm convênio com a Secretaria de Estado da Assistência Social, que atuam na cidade de Manaus e que possuem em seus quadros profissionais de Serviço Social.

Nesta perspectiva, os resultados obtidos e apresentados nesse trabalho, obedecem à seguinte estrutura:

- 1 - Perfil geral das(os) assistentes sociais;
- 2 - Caracterização da ONG na qual o assistente social atua
- 3 - Relações de trabalho da (o) assistente social com a ONG. .
- 4 – Atuação do assistente social na ONG
- 5 - O que o assistente social considera como limite (s) e/ou desafio(s) para a realização das suas atividades profissionais na ONG.

Cabe ressaltar que ao final do processo de investigação é possível afirmar a importância do estudo realizado; seja pelos resultados obtidos, que podem

⁵⁰ Este órgão é gerido pela Secretaria Executiva do Fundo de Promoção Social, e está inserido na estrutura da SEAS.

contribuir para um melhor conhecimento sobre o profissional de Serviço Social que atua nas ONGs de Manaus/AM; seja pela possibilidade de realizar reflexões acerca desse espaço ocupacional que se faz cada dia mais presente no mundo do trabalho do assistente social.

Todavia, o presente estudo não tem a pretensão de apresentar conclusões de caráter definitivo acerca do perfil profissional do assistente social que atua em ONGs, nem tampouco se pretende oferecer uma concepção de identidade profissional analisada como um todo absoluto, formal e acabado. A proposta aqui está centrada em possibilitar um ponto de partida para futuros aprofundamentos e, a partir desse prisma, oferecer um conjunto de variáveis sobre o perfil profissional, mesmo que em nível local, considerando que o *lócus* da pesquisa se deu em Manaus.

Isso posto, na busca de objetivar as análises e respectivas reflexões acerca dos resultados obtidos, foram selecionados alguns dados que se mostraram relevantes e que corroboram os objetivos propostos por este estudo.

Contudo, é necessário aqui mencionar que todos os gráficos referentes aos dados colhidos no estudo de campo encontram-se no Apêndice A desta dissertação.

De acordo com a estrutura da pesquisa, a primeira análise será quanto ao perfil do profissional de Serviço Social que trabalha nas ONGs de Manaus.

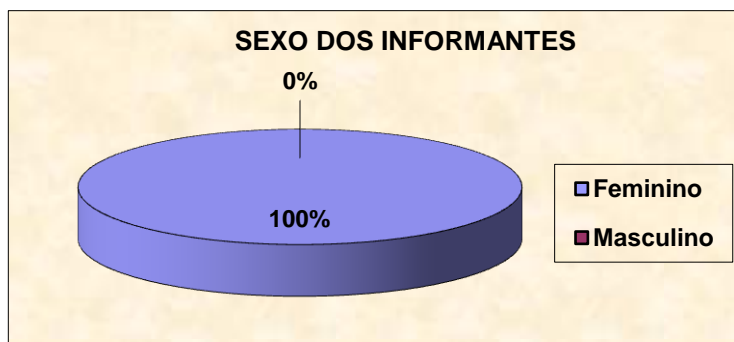
5.1

Perfil do assistente social das ONGs de Manaus/ AM

Os indicadores do perfil geral da (o) assistente social contemplados na pesquisa são: sexo, naturalidade, orientação religiosa, estado e/ ou situação conjugal⁵¹, e, no tocante a sua formação acadêmica, Instituição onde se graduou em Serviço Social, e se possui cursos de pós-graduação.

De acordo com os dados colhidos, a tendência histórica da profissão se confirma quanto a predominância do sexo feminino no público pesquisado, posto que não foi registrada a presença masculina, com a prevalência de 100% do sexo feminino, conforme demonstra o gráfico abaixo.

⁵¹ Nesse indicador consideramos apenas a existência de um relacionamento com aspecto legal.

Gráfico 1- Perfil do assistente social: sexo

Fonte: pesquisa de campo

Nessa perspectiva, Costa (1995)⁵² corrobora a nossa leitura afirmando que:

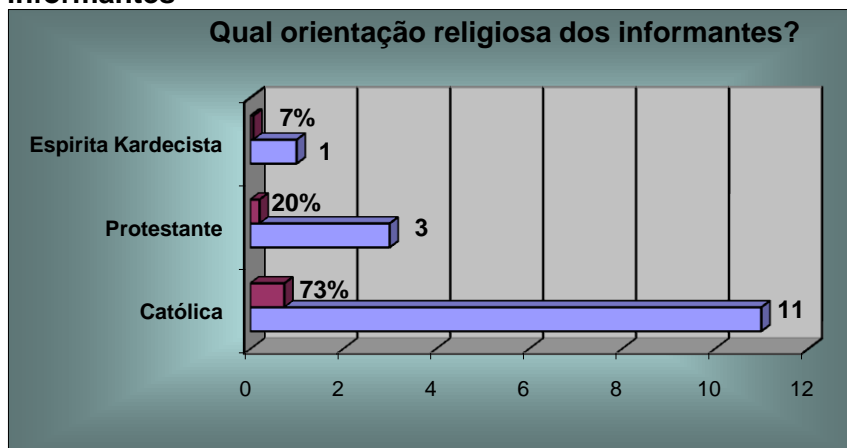
O assistente social masculino aparece como um elemento dissonante, estranho mesmo no contexto das idéias e princípios que orientaram o desenvolvimento do Serviço Social e que reproduzem as mesmas bases de organização da vida social, sob a orientação da divisão sexual de papéis que tem definido os espaços de atuação e trabalho de homens e mulheres (Costa, 1995, p.24).

Observou-se, no tocante a naturalidade das informantes, que 64% são naturais de Manaus (AM), seguido por Belém (PA) e Parintins (AM) com 12% e, finalmente, por Rio Branco (AC) e Coari (AM) com 6%.

Quando interrogados acerca da orientação religiosa, 88% responderam que são praticantes de alguma religião e apenas 12% disseram não, complementando essa questão, destaca-se que a religião Católica predomina com 73%, sendo seguida pela Protestante com 20% e a Espírita kardecista com 7%, dados estes ilustrados no gráfico abaixo.

⁵² Carlos Costa, jornalista, assistente social e escritor amazonense, nascido em Manaus, é membro da União Brasileira de Escritores, do Clube da Madrugada e da Associação Amazonense de Escritores.

Gráfico 2- Perfil do assistente social: orientação religiosa dos informantes



Fonte: pesquisa de campo

A religião⁵³ é um tema que sempre esteve presente no Serviço Social, muito embora representada pelo tradicionalismo e conservadorismo na profissão, ainda que os princípios religiosos se façam presentes nos dias atuais mais na prática profissional que no debate teórico-acadêmico.

Nesta perspectiva, Simões (2005) afirma:

O tema da religião, vinculada ao Serviço Social como profissão privilegiada da prestação dos serviços sociais, não tem sido abordado no Brasil. Mesmo os valores religiosos tendo servido, de forma explícita, para sustentar propostas profissionais até os anos 70, não há registros na literatura nacional (a não ser por muitos poucos trabalhos de pós-graduação – especialmente mestrado) de que o tema religião tenha sido focado como um objeto próprio de pesquisa. (Simões, 2005, p.17).

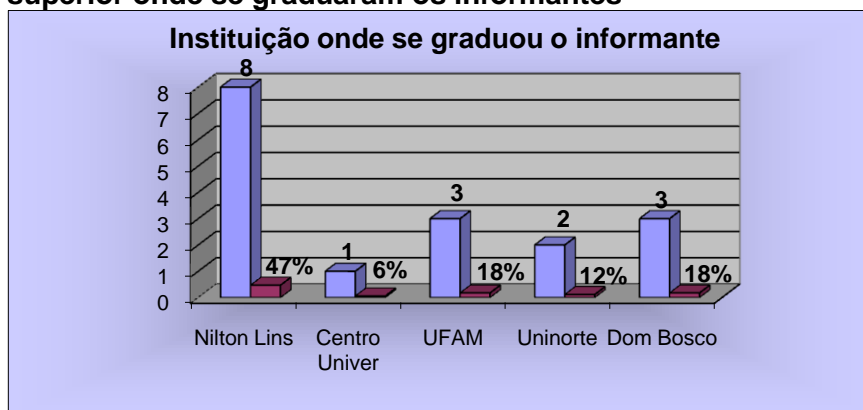
A ausência de interesse em associar o tema religião ao Serviço Social, conforme demonstra o autor acima citado, pode estar apoiada no fato dos cursos de graduação de Serviço Social oferecerem, em sua maioria, uma base marxista e socialista, numa perspectiva politizadora, curiosamente controversa à idéia do “bom samaritano” ainda presente no ideário popular acerca da profissão.

Em relação ao estado/situação conjugal, das assistentes sociais, os resultados mostraram prevalência das solteiras com 59%%, as casadas com 24%, divorciadas com 12% e união estável com 6% das respostas.

⁵³ Religião é aqui definida como um conjunto de crenças sobre as causas, natureza e finalidade da vida e do universo, especialmente quando considerada como a criação de um agente sobrenatural, ou a relação dos seres humanos ao que eles consideram como santo, sagrado, espiritual ou divino.

Complementando o perfil das assistentes sociais pesquisadas, tem-se a formação dos profissionais: observa-se que a maioria graduou-se em instituições de ensino privadas, cujo percentual alcança 88%, distribuído em quatro instituições, enquanto a universidade pública alcança somente 12%. Ainda no que se refere à formação, 88% afirmam ser especialistas, fato este que revela ser a pós-graduação *lato sensu* ainda a mais acessível para a categoria.

Gráfico 3- Perfil do assistente social: instituição de ensino superior onde se graduaram os informantes



Fonte: pesquisa de campo

O gráfico acima ilustra com clareza a falta de investimento do Estado no ensino público, que marca o campo da educação no Brasil nas últimas décadas do século passado, e que acaba por imprimir reflexos de forma direta e/ou indireta na formação profissional. Cabe ainda destacar que o sucateamento do ensino superior público, num tempo em que o mundo globalizado exige do potencial produtivo da população, formação técnico-científica e pluralidade de conhecimentos, expressa o paradoxo que se instala no país. De um lado o mercado cada vez mais exigente em níveis e padrão de formação e capacitação profissional, e de outro um Estado que se omite em oferecer à população educação pública de qualidade em número suficiente para atendimento da demanda existente, na medida em que essa pluralidade de padrões de ensino em Serviço Social, que mesmo cumprindo "*de direito*" as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), não assegura "*de fato*" que a formação atual, na totalidade dos cursos, expressem o perfil explícito na conformação do projeto ético político da profissão.

Com os dados acima descritos, pode-se identificar a predominância do seguinte perfil do assistente social que atua nas ONGs de Manaus/AM: mulher, católica praticante, casada, graduada e com especialização em instituição de ensino superior privada.

5.2 Caracterização da ONG na qual a assistente social atua

A pesquisa também permitiu identificar o perfil das ONGs de Manaus/AM, nas quais os assistentes sociais atuam.

Com esse objetivo, os aspectos investigados para a caracterização da ONG na qual o assistente social atua, foram os seguintes: zona distrital na qual se localiza, se possui orientação religiosa, procedência, área de abrangência, quantidade de funcionários, quantitativo de assistentes sociais na ONG, se recebe trabalho voluntário, qual o seu público-alvo e a sua demanda, bem como se a ONG realiza articulação em rede, a natureza dos recursos financeiros recebidos e, por fim, a procedência dos recursos financeiros.

Com os dados levantados na pesquisa, foi possível observar que as ONGs estão distribuídas em toda a cidade de Manaus, onde 35% se encontram na zona centro-oeste, seguida pela zona sul com 29%, zona leste e zona rural com 12%, idêntico àquelas que não responderam a essa pergunta. No tocante a essa questão, o elemento surpresa está no fato de que a área mais populosa e cuja ocupação se deu por meio de invasões tenha apresentado um percentual inferior às zonas mais antigas da cidade, onde as ocupações são, na grande maioria, de comércio.

Quanto ao vínculo de natureza religiosa, o resultado foi equilibrado, pois 53% afirmam possuir vínculo religioso e 47% não. Contudo, quando perguntados sobre qual a orientação religiosa seguida pela ONG, as respostas indicam que 56% são ligadas à Igreja Católica, 33% Protestantes e 11% Espíritas Kardecistas.

Uma quantidade significativa de ONGs respondeu ser de procedência nacional, com um percentual de 82%, ao passo que 12% não responderam e 6% afirmou ser de procedência internacional. Contudo, cabe aqui relatar que sobre este fato pairam algumas dúvidas, uma vez que não se tem ainda

conhecimento das ONGs internacionais que atuam no estado e na capital do Amazonas posto que ao procurar essa resposta junto ao Fundo de Promoção Social e à SEAS ambos não se manifestaram acerca da questão, afirmando, na oportunidade, que tal levantamento estaria em andamento.

Em continuidade ao perfil das ONGs de Manaus, no tocante à sua área de abrangência, 65% assinalou ser municipal, seguida por 24% de abrangência estadual e somente 12% regional.

Quanto ao número de funcionários, 29% das ONGs pesquisadas afirmaram ter de 1 (um) a 10 (dez) funcionários, resultado este que coincide com as ONGs que empregam de 11 (onze) a 20 (vinte) funcionários, seguidas por 35% que empregam 6 (seis) funcionários e 6% que optou por não responder a questão.

No que se refere à contratação de assistentes sociais, 59% afirmam ter uma profissional, 29% confirmam duas profissionais e 12% afirmaram ter contratado acima de três assistentes sociais em seu quadro de funcionários, o que não causa nenhuma surpresa, posto que, tradicionalmente, seria o Estado o maior empregador dessa mão-de-obra. Mas, que em razão do ideário neoliberal, este tem transferido algumas de suas responsabilidades para as ONGs, reafirmando a privatização da assistência, o que rebate de forma direta no mercado de trabalho dos assistentes sociais, conforme ilustra o gráfico abaixo.

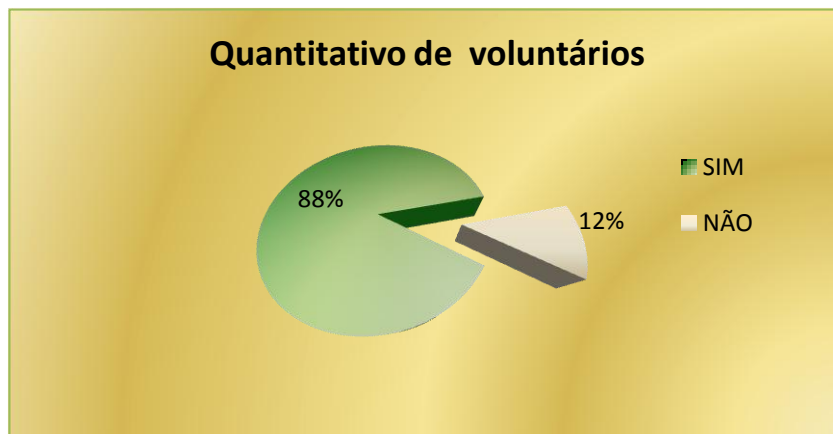
Gráfico 4- Caracterização da ONG: quantitativo de assistentes sociais



Fonte: pesquisa de campo

Quando perguntadas sobre o quantitativo de voluntários, os dados colhidos mostram que 88% recebem essa mão-de-obra e 12% afirmam que não, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 5- Caracterização da ONG: quantitativo de voluntários



Fonte: pesquisa de campo

O elevado número de voluntários nas ONGs expressa uma das características dessas organizações, posto que integram uma proposta de proteção social, em que prevalece a perspectiva de uma “sociedade de bem-estar”, em vez de um Estado de Bem-Estar, reafirmando a ausência cada vez mais marcante do Estado na gestão das políticas públicas.

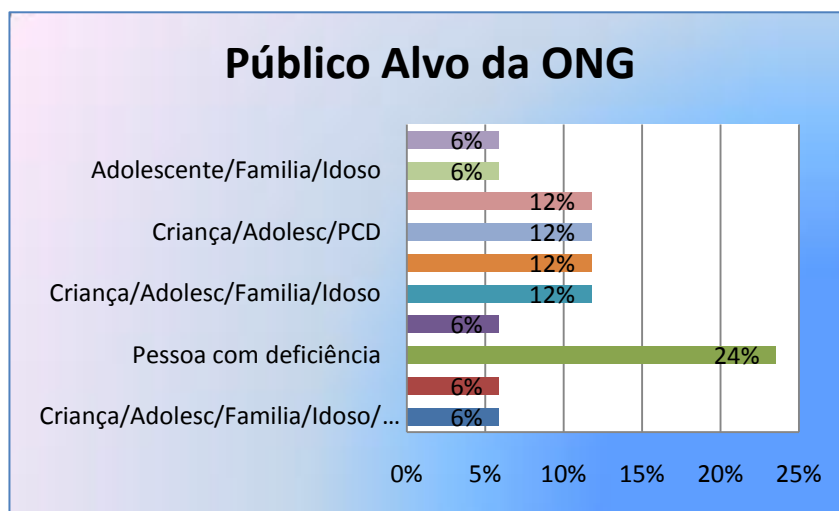
Entretanto, para que ocorresse a efetivação dessa “sociedade de bem-estar”, seria necessário mobilizar simultaneamente vários atores e recursos (Estado, mercado, organizações voluntárias e caritativas, redes de parentesco, vizinhança, grupos de amigos), sendo a soma dessas partes o bem-estar total da sociedade, na qual não haveria uma posição privilegiada nessas relações, cabendo a cada uma delas executar as funções das outras partes, em caso de necessidade (Pereira, 2003).

No entanto, a ação voluntária, muitas vezes, é valorizada pelo mercado, organizada pelo *marketing* social e pela mídia de massas, prevalecendo, não a emancipação humana e sim os interesses do mercado, inclusive com o fortalecimento deste, pois na perspectiva voluntária da solidariedade, que é o que se reproduz como ideal de comportamento social nos veículos de comunicação, é comum o reforço à caridade e ao clientelismo através de ações descontínuas e fragmentadas distante do que seria, segundo Martinelli (1989, p. 73), “uma prática social, política, histórica, com uma teleologia bastante precisa

que exige de cada um uma ação cotidiana direcionada para a construção de uma sociedade efetivamente justa e democrática”.

A seguir continua-se a análise dos resultados obtidos na pesquisa acerca da caracterização da ONG na qual a assistente social atua. O gráfico a seguir ilustra o público-alvo atendido.

Gráfico 6- Caracterização da ONG: público-alvo atendido



Fonte: pesquisa de campo

Do total de ONGs abordadas, 24% atuam com apenas um público-alvo específico, ou seja, a pessoa com deficiência, que se destaca em relação aos demais públicos, estando presente ainda nas respostas de mais três outras instituições, seguido pelo atendimento a família, criança, adolescente e idoso nos 76% restantes das respostas.

De acordo com os dados acima apresentados, se percebe uma diversidade de público destinatário das ações das ONGs, o que demonstra um razoável nível de dispersão quanto ao foco dos atendimentos e suas respectivas especificidades.

A prevalência do atendimento à pessoa com deficiência demonstra a escassez de políticas públicas e a fragilidade do sistema de proteção social do município de Manaus para este segmento que, vale ressaltar, reflete o cenário nacional, no qual os programas assistenciais são sistematicamente prisioneiros do círculo vicioso da carência de recursos e do mau gerenciamento destes, com lacunas sociais que necessitam de respostas e acaba, assim, por “eleger” a cada ciclo um segmento social, que é fortalecido e apoiado pela mídia como se os

problemas desse público específico fossem “novos”. Outra razão para isso, seriam as pressões dos movimentos sociais vinculados aos segmentos, que requerem respostas do Estado. Estas respostas, muitas vezes, vêm através de projetos desenvolvidos por ONGs.

Cabe aqui ressaltar que os setores “marginalizados” ou discriminados como “homossexuais”, “prostitutas”, ou então “portadores do vírus da AIDS”, ou “moradores de rua”, ou “presos comuns”; recortes étnicos ou de gênero, como “negros”, “povos indígenas”, “mulheres”; categorias definidas pelo trabalho, como “operários”, “pequenos produtores”, “artesãos” etc., não aparecem na pesquisa, por não estarem contemplados no SUAS, que estabelece que o atendimento não é mais segmentado, mas atende a família como um todo.

Nesse sentido, Montañó (2008, p. 57) assevera:

Efetivamente, o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa *seletiva*, dentro e a partir da *política governamental*, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros (...)

Assim, as ações não seriam mais voltadas para indivíduos isoladamente (criança, idoso, pessoa com deficiência), mas sim para a família e seus membros, devendo promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a autonomia e o protagonismo de seus membros. É necessário não perder de vista que as ONGs pesquisadas são aquelas que mantêm convênio com a SEAS que, por sua vez, atende aos preceitos do SUAS.

Dando continuidade ao perfil das ONGs pesquisadas, levantou-se a natureza da demanda atendida pelas mesmas, cuja vulnerabilidade social desponta com 41% das respostas, seguida por ausência de renda, fragilidade de vínculos familiares e pertencimento social com 6% das respostas, aparecendo também como demanda dupla, como por exemplo: ausência de renda/pertencimento social, ausência de renda/vulnerabilidade social/fragilização de vínculos familiares representados em 6% do total pesquisado.

Com este resultado é possível compreender que a diversidade de atendimento se repete tanto quanto no resultado apresentado referente ao público-alvo, demonstrando uma diversidade de demandas que supõe uma multiplicidade de ações.

Quando indagadas sobre a realização de articulação em rede, 94% afirmaram que sim e somente 6% negaram tal articulação. Ao identificar as

representações das redes de assistência social, aparece de forma isolada a articulação com outras ONGs com 31% das respostas, seguida pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁵⁴ com 13%, ao passo que as demais respondem apontam para uma articulação sempre de forma “casada”, ou seja, interagem com mais de uma rede de assistência. Assim, CRAS e CREAS⁵⁵ surgem com 19%, acompanhadas por articulações duplas ou triplas distribuídas nos demais 31% restante das respostas.

Nessa perspectiva, Landim (1993) colabora na afirmativa de que:

O fato das ONGs terem seu próprio campo como universo de ação - um quarto dentre elas atua para outras ONGs - pode revelar o estabelecimento de redes de trocas e prestações de serviços mútuos, coadunando-se também com todo um movimento no sentido do fortalecimento institucional e da assunção de um protagonismo próprio e autônomo por essas entidades na sociedade. (p. 126).

Vale ressaltar que as instituições mencionadas nas respostas foram: CRAS, CREAS e outras ONGs, demonstrando que além de serem financiadas pelo Estado as ONGs pesquisadas ainda se articulam com outras unidades públicas a fim de assegurar o atendimento à sua demanda, o que sugere um

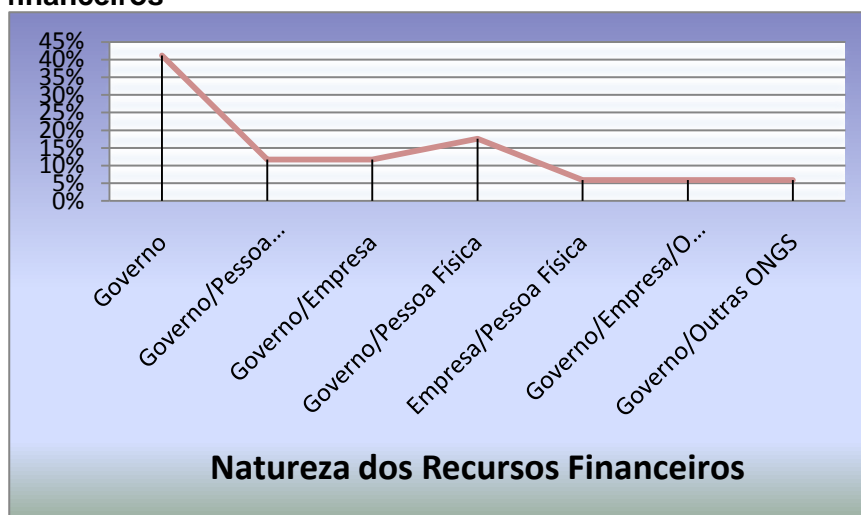
⁵⁴ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Fonte: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica/cras>. Acesso em 27/06/2011.

⁵⁵ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.). A oferta de atenção especializada e continuada deve ter como foco a família e a situação vivenciada. Essa atenção especializada tem como foco o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção. O CREAS deve, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos recursos para a superação da situação apresentada. Para o exercício de suas atividades, os serviços ofertados nos CREAS devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida. Os CREAS podem ter abrangência tanto local (municipal ou do Distrito Federal) quanto regional, abrangendo, neste caso, um conjunto de municípios, de modo a assegurar maior cobertura e eficiência na oferta do atendimento. Fonte: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAoespecial/creas>. Acesso em 27/06/2011.

duplo financiamento do Estado, na medida em que essas unidades fazem parte da estrutura da política pública governamental.

No que se refere à natureza dos recursos financeiros, as respostas apontaram com supremacia ser estas oriundas do governo, representando 41% do resultado obtido e estando presente em mais cinco respostas que demonstram ter mais de um financiador, nas quais governo e pessoa física aparecem com 18%, seguido por governo/pessoa física e outras ONGS com 12%, empatados com governo e empresa, da mesma forma que estes mesmos financiadores aparecem juntos em mais três respostas, representando juntos 18% dos resultados, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 7- Caracterização da ONG: natureza dos recursos financeiros



Fonte: pesquisa de campo

Através dos dados acima demonstrados, é possível perceber a predominância dos recursos das ONGs oriundos do Estado.

Nessa perspectiva, o levantamento⁵⁶ da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), aponta que as ONGs associadas à referida associação têm buscado diversificar fontes de financiamento, procurando recursos privados e públicos. Esses dados mostram que, de 2001 a 2008, aumentou o número de instituições que utilizam recursos privados, vindos de empresas, institutos ou fundações empresariais (de 37,13% para 43%), assim

⁵⁶ Os resultados foram divulgados em 24 de agosto de 2010, durante um seminário em São Paulo. Essa é uma das informações levantadas pela pesquisa Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados, realizada ao longo de 2008 junto a 19 organizações associadas Disponível em: <http://www.idis.org.br/acontece/noticias/pesquisa-aponta-cenario-do-acesso-das-ongs-a-recursos-privados>. Acesso em 15/06/2011.

como o financiamento público municipal e estadual – de 26% e 25%, em 2004, para 41% e 32%, em 2008, respectivamente. Esta realidade em nada se diferencia das ONGs pesquisadas na cidade de Manaus, denotando que a procura pela auto-sustentabilidade ainda se configura em uma promessa.

Quanto à procedência dos recursos financeiros, 94% afirmam ser nacional enquanto 6% respondem ser de origem nacional e internacional.

Assim, se pode ter uma visão geral das características das ONGs de Manaus, nas quais os assistentes sociais atuam.

Nos itens posteriores, abordaremos o perfil do conhecimento das relações de trabalho do assistente social e da sua atuação na ONG.

5.3

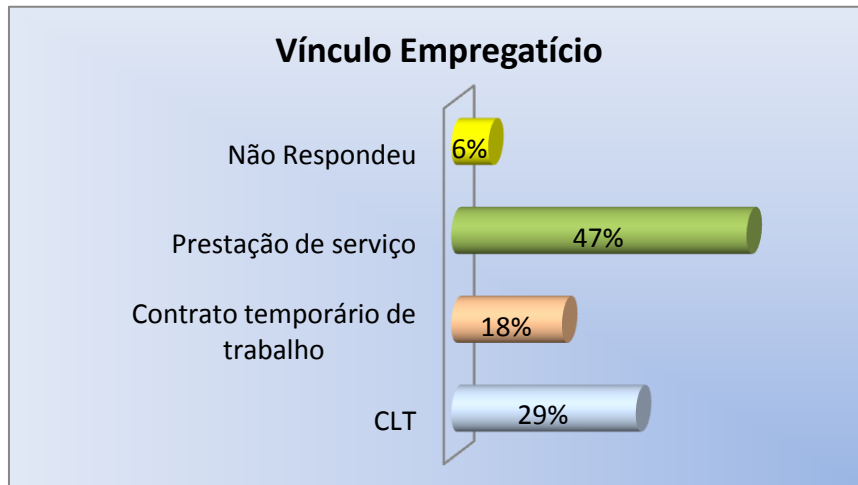
Vínculo de trabalho do assistente social na ONG

A pesquisa permitiu conhecer alguns aspectos do trabalho dos assistentes sociais nas ONGs de Manaus, o que envolve: tipo de vínculo empregatício, carga horária de trabalho, acúmulo de cargos e funções, salário mensal. Seguem os resultados.

A grande maioria dos assistentes sociais abordados, que corresponde a 47% do resultado, revelou nas respostas que a natureza do seu vínculo empregatício está pautada na prestação de serviço, seguido pelo contrato regido pela CLT⁵⁷, e pelo contrato temporário de trabalho e aqueles não respondidos, obedecendo a 18% e 6% respectivamente, conforme demonstra o gráfico abaixo.

⁵⁷ O termo CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) também é utilizado para denominar o indivíduo que trabalha com registro em carteira de trabalho. Essa lei foi criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista então existente no Brasil. Seu objetivo principal é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. O seu oposto é o profissional que trabalha como pessoa jurídica(PJ), ou profissional autônomo, ou ainda como funcionário público estatutário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em 05/06/2011.

Gráfico 8- Vínculo de Trabalho: vínculo empregatício dos informantes



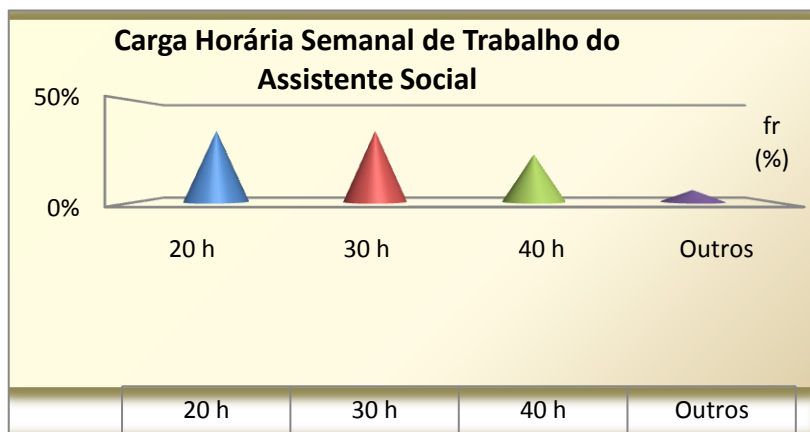
Fonte: pesquisa de campo.

Sobre os resultados acima apresentados cabem algumas reflexões, no sentido de melhor compreensão sobre os mesmos. Os dados revelam que as transformações ocorridas no mundo do trabalho sob os efeitos da reestruturação produtiva, combinados ao ideário neoliberal, rebatem de forma direta no mercado de trabalho do assistente social, uma vez que gerou um conjunto de perdas significativas no que toca a determinadas garantias sociais e trabalhistas, além de impor uma nova configuração de padrões de expectativa e de exigência com relação aos níveis de produtividade e qualidade.

Nesse sentido é necessário ainda mencionar que o Brasil torna-se um bom exemplo dessa situação, pois tivemos sob o "comando" do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um empenho em seguir amplamente a "cartilha" do Fundo Monetário Internacional, privatizando as empresas estatais, diminuindo gastos na esfera social e contribuindo para que na soma das transformações estruturais do processo de produção capitalista em nível mundial, com as dificuldades políticas e econômicas conjunturais locais, o cenário do trabalho precarizado e das flexibilizações dos direitos trabalhistas adquiridos fosse uma constante no cotidiano do trabalhador, no qual se pode englobar o assistente social, posto que este profissional está circunscrito na divisão social e técnica do trabalho.

Em continuidade às respostas obtidas sobre as relações de trabalho, se apresenta o gráfico abaixo com as ilustrações acerca da carga horária de trabalho dos assistentes sociais.

Gráfico 9- Vínculo de Trabalho: carga horária de trabalho dos informantes



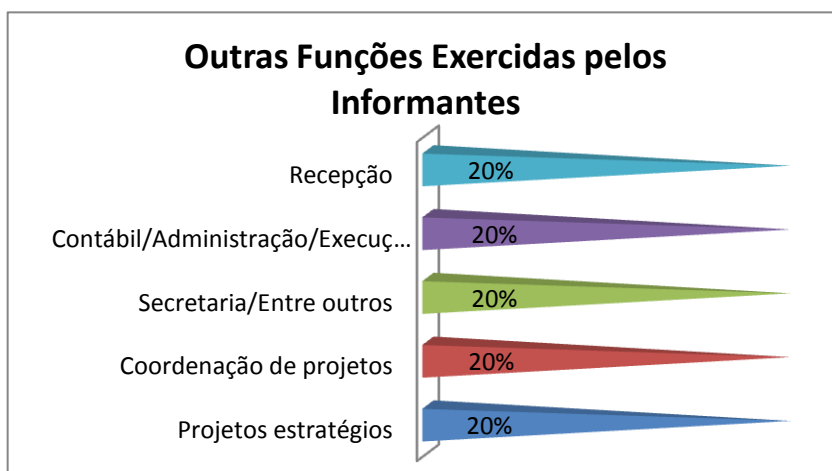
Fonte: pesquisa de campo

Através dos dados coletados, vê-se uma clara prevalência da carga horária de trabalho dos assistentes sociais voltadas para 20h e 30h, correspondendo a 35% cada das respostas dadas, seguida pela de 40h com 24% e outros não especificados com 6%.

Entretanto, é conveniente ressaltar que a pesquisa fora realizada em março de 2011, após ocorreu a aprovação da Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos assistentes sociais, o que evidencia a resistência dos empregadores em acatar o disposto na Lei e a necessidade do profissional em flexibilizar um direito para permanecer ativo no mercado de trabalho. A Lei nº 12.317, na íntegra, encontra-se no Apêndice A.

Em consonância ao disposto acima, os profissionais ainda apontam que exercem mais de uma função na ONG, o que corresponde a 29% das respostas contra 71% dos que negaram tal condição. No entanto, mesmo que em um percentual inferior, tal situação se configura em um agravo às condições de trabalho desse profissional, considerando ainda que os informantes relataram exercer, além do serviço social, as funções de coordenação de projetos estratégicos, secretaria administrativa e contábil, administração da ONG, execução de projetos e também de recepção, posto que estas atribuições se apresentaram em percentuais iguais a 20% das respostas e, por vezes, em duplicidade, conforme especificado no gráfico a seguir.

Gráfico 10- Vínculo de Trabalho: outras funções exercidas pelos informantes



Fonte: pesquisa de campo

De acordo com o gráfico a seguir, o salário mensal das (os) assistentes sociais que atuam nas ONGs de Manaus-AM em salários-mínimos⁵⁸ (SM), não ultrapassam a 4 SM, visto que 53% assinalaram perceber de 1 a 2 SM e as demais informantes, que correspondem a 47%, classificaram em 3 a 4 SM seu salário mensal.

Gráfico 11- Vínculo de Trabalho: salário mensal dos informantes



Fonte: pesquisa de campo

⁵⁸ Na época da pesquisa de campo – março de 2011, já prevalecia o valor de R\$ 545,00 para o Salário Mínimo do corrente ano..

Muito embora Karsch (2008) ressalte que o assistente social não escolhe sua profissão baseado em recompensas financeiras, este profissional necessita ter sua atividade remunerada de forma digna e de modo a satisfazer suas necessidades. A referida autora ainda afirma que:

As atividades dos assistentes sociais na sociedade cujo valor supremo é o dinheiro não têm relevância para a riqueza e o poder. Portanto, a profissão não tem prestígio: sua remuneração é baixa, seu *status* na sociedade não existe (Karsch, 2008, p. 109).

Embora se saiba que, primordialmente, ao escolher a profissão, se opta por uma prática contraditória: arregimentado por quem detém o poder econômico e político, o profissional precisa defender os interesses da classe trabalhadora ou excluída socialmente e, necessariamente, estar alinhado com seu projeto ético-político. Contudo, tal pressuposto só legitima a busca para a validação dos direitos e conquistas do assistente social, o que também passa pela valorização salarial.

A seguir serão apresentados os dados referentes à atuação do assistente social nas ONGs pesquisadas.

5.4 A atuação do assistente social na ONG

O quarto bloco explorado nesta pesquisa aborda os indicadores referentes a: atuação do assistente social na ONG, os motivos que o levaram a atuar nesse espaço ocupacional, se conhece a missão e os objetivos da ONG na qual atua, se o profissional possui um projeto de trabalho e se é ele quem o elabora, as atividades desenvolvidas e quais os instrumentais utilizados nestas, se considera que as atividades realizadas pelo Serviço Social atendem aos objetivos da ONG, se há identificação profissional com os resultados e atividades desenvolvidas e qual destas o informante destacaria, se realiza articulações em rede. Foi indagado, também, quanto à interdisciplinaridade do assistente social com outros profissionais e, finalmente, se tem autonomia na ONG onde atua.

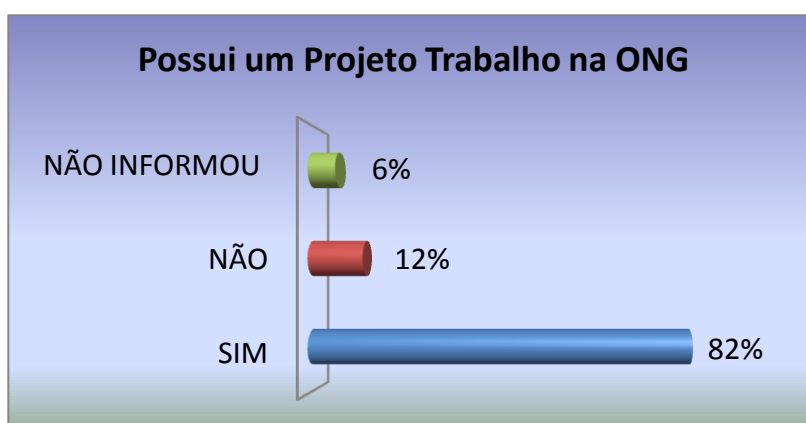
Sobre os motivos que levaram a atuação profissional em ONGs, os dados revelam que há uma predominância na afinidade com a área de atuação da

ONG, tendo em vista que 53% das respostas foram nesse sentido. É relevante destacar que essa opção ainda aparece combinada à outras respostas, como proposta de trabalho e interesse pessoal com 12%, além de outros elementos não identificados pelos informantes, embora a pesquisa tenha aberto esse espaço, que correspondem juntos a 12% dos resultados. Nas demais respostas aparecem o desemprego representando o percentual de 6%, similar à combinação de respostas que se referem à afinidade com a área de atuação da ONG/interesse pessoal.

Sobre o conhecimento da missão e os objetivos da ONG onde atuam, todos os informantes deram respostas positivas integrando, assim, 100% dos resultados, sendo que 41% disseram ter sido através do estatuto institucional, 24% por meio da combinação estatuto e projeto técnico, 18% pelo planejamento estratégico da ONG, 12% pelo estatuto e pelo regimento interno, ao passo que 6% não responderam a esta questão.

No tocante a existência de um projeto profissional que oriente as ações do assistente social na ONG, os dados dispostos no próximo gráfico revelam que 82% dos informantes afirmam possuir um projeto de trabalho, enquanto 12% negam a existência desse instrumento, seguidos por aqueles que não responderam a pergunta, com 6% desse total.

Gráfico 12- Atuação do Assistente Social na ONG: projeto de trabalho dos informantes



Fonte: pesquisa de campo

Em complementação a essa questão foi perguntado sobre a elaboração desse instrumento. 79% das respostas atribuíram ao Serviço Social, enquanto

com percentual similar, correspondente a 7%, foram atribuídas à coordenação da ONG, à matriz da ONG, seguidas pelas respostas em branco.

Essas questões se relacionam à autonomia dos profissionais em seu espaço ocupacional, tendo em vista que as respostas obtidas não se conformam quanto a este aspecto, uma vez que 94% dos informantes revelaram ter autonomia para propor suas atividades e ações, enquanto somente 6% negaram essa existência, resultado este que se contradiz em relação às respostas dadas.

As atividades realizadas pelo assistente social nesse espaço ocupacional também foram objeto de estudo e os resultados mostram a existência de um leque de atribuições que se fizeram presentes em todas as respostas dos informantes.

Assim temos: inserção em programas e benefícios de geração de renda, inserção em programas de qualificação profissional, grupos de convivência e socialização, atividades recreativas, esportivas, lúdicas e culturais, projetos de captação de recursos, encaminhamentos para os serviços de proteção social básica e outros serviços contemplados em outras áreas das políticas públicas, a exemplo da saúde, educação e habitação. Essa “miscelânea” de atividades demonstra a carga de trabalho excessiva do assistente social, inclusive denotando a necessidade do profissional de se utilizar de ferramentas diversas para o desenvolvimento de atividades, a exemplo de atividades lúdicas e esportivas.

No que se refere à utilização de instrumentais, os informantes foram unânimes na afirmativa, predominando com 47% das respostas o uso combinado de relatórios, pesquisas, encaminhamentos, pareceres, visitas e ficha social, enquanto os outros 53% ficaram divididos entre as alternativas descritas, só em dupla e tripla combinação, com a prevalência em todas as respostas da elaboração de relatório.

Ao ser perguntado se essas atividades desenvolvidas pelo assistente social atendiam aos objetivos da ONG, as respostas foram unanimemente afirmativas, o que sugere ser este o objetivo e a conformação dos informantes, tendo em vista que 94% dos profissionais se identificam com os resultados e as atividades por eles desenvolvidas nas ONGs em que atuam.

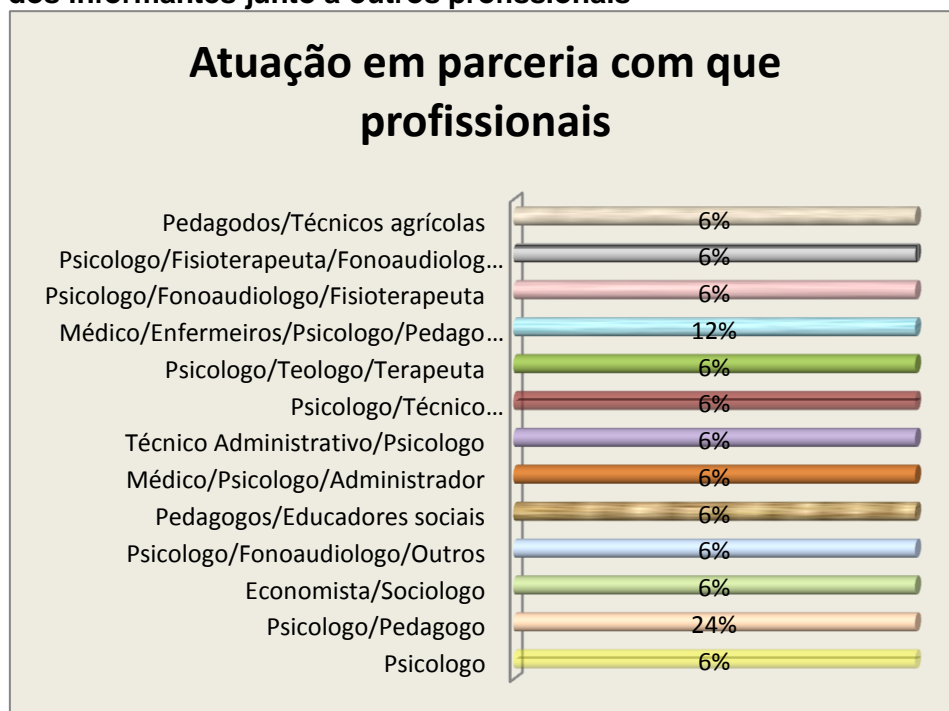
Quando o informante foi solicitado a destacar as principais atividades dentre aquelas que desenvolve no cotidiano de suas atividades na ONG, prevaleceu a organização comunitária e os acompanhamentos com 19% das respostas, seguidos por atendimento familiar, coordenação de projetos, visita

domiciliar e atividades socioeducativas com 13% cada, inclusive aqueles que não responderam a esta questão, ficando as atividades de grupo com idosos, visita domiciliar, palestras técnicas e monitoramento com 6% das respostas para cada atividade, aparecendo a autosustentabilidade na origem como resposta acrescentada à questão. O que sugere que a profissional também busca mecanismos para a sustentabilidade financeira da ONG.

As articulações em rede realizadas pelo profissional correspondem aos mesmos indicadores apontados na caracterização das ONGs, ou seja, 94% de afirmativas e 6% de negativas, da mesma forma no tocante às redes de assistência social na qual se estabelecem as relações, pois estas se configuram da mesma forma, com os percentuais muito próximos daqueles apontados pelas ONGs, o que sugere que estas articulações possam ser realizadas pelo Serviço Social.

A interdisciplinaridade profissional também foi alvo da pesquisa e as respostas concluem em 100% de afirmação na realização do trabalho com outros profissionais. Quando inquiridos sobre os profissionais que se relacionam para a realização de suas atividades, os informantes apontaram um leque de profissões, que estão elencadas a seguir:

Gráfico 13- Atuação do Assistente Social na ONG: realização de atividades dos informantes junto a outros profissionais



Fonte: pesquisa de campo

De acordo com as informações acima dispostas, baseadas nas respostas obtidas, a dupla formada pelo psicólogo e o pedagogo aparecem em 24% das respostas, reaparecem junto ao médico e enfermeiro com 12% dos resultados, seguidos pelos profissionais das seguintes áreas: agrícola, fisioterapia, fonoaudiologia teologia, administrativa, educação social, economia e sociologia, que foram referidas em 64% das respostas distribuídas em percentuais correspondentes a 6%. É necessário, ainda, ressaltar que a única profissão que aparece de forma isolada com o percentual de 6% é a psicologia, que também se faz presente nas equipes representadas por duplas, trios e quartetos desses profissionais.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que “a interdisciplinaridade como postura e como perspectiva de articulação dos conhecimentos é uma necessidade cada vez mais incontestável no mundo do trabalho” (Rodrigues, 1999, p. 43), é impossível pensar a ação do assistente social fora dessa relação, pois a profissão se configura em campo fértil à propagação desta tendência, posto que o caráter interdisciplinar está presente inclusive no processo de formação e produção do conhecimento do assistente social.

A inserção dos assistentes sociais em equipes multiprofissionais e/ou interdisciplinares é uma realidade que também demanda o uso subjetivo de elementos imateriais. Vejamos o que estudiosos do assunto indicam a esse respeito:

A ‘matéria-prima’ do trabalho imaterial é a subjetividade e o ‘ambiente ideológico’ no qual esta subjetividade vive e se reproduz. A produção da subjetividade cessa, então, de ser somente um controle de instrumento social (pela reprodução das relações mercantis) e torna-se diretamente produtiva (Lazzarato e Negri, 2001, p. 46-47).

Nessa perspectiva, o trabalho em equipe exige, dentre outras coisas, capacidade de comunicação e adaptação, iniciativa, cooperação, conhecimento e troca de informações. Assim, valores como o companheirismo, a solidariedade e a colaboração tornam-se cada vez mais produtivos, ou, em outros termos, são cada vez mais exigidos para produzir e reproduzir o mundo.

A seguir serão realizadas reflexões acerca dos limites e desafios para atuação do assistente em ONGs, conforme apontados pelos informantes na pesquisa de campo.

5.5

Limite(s) e desafio(s) para a realização das atividades profissionais do assistente social na ONG

Com o objetivo de apreender os possíveis limites e desafios impostos aos profissionais de Serviço Social que atuam nas ONGs de Manaus/AM, o questionamento acerca desse objetivo se deu na forma de perguntas abertas com a finalidade de não intervir ou influenciar nas respostas dadas, além de proporcionar aos informantes a liberdade de se articular com a realidade vivenciada em seu espaço ocupacional, uma vez que a pesquisa foi aplicada a dezessete ONGs com características distintas e individuais, o que sugere ao assistente social, sujeito da pesquisa, um universo também distinto dos demais profissionais.

Cabe aqui destacar que de acordo com os pressupostos estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a identidade dos informantes foi preservada e estes foram identificados por números que estabelecem somente a ordem de recebimento das entrevistas respondidas, da mesma forma que suas respostas serão transcritas tal qual o texto original, a fim de ser o mais fiel possível à fala dos informantes e apreender ao máximo o seu conteúdo.

Feitas essas observações, passemos à análise do trabalho do assistente social, que se insere em uma realidade complexa e contraditória, não raro encontrando em sua prática limites para uma atuação diferenciada daquela instituída tradicionalmente. Neste sentido, Iamamoto (2005, p. 20) ao analisar tal questão afirma que:

(...) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

Esses limites estão explícitos nas falas dos assistentes sociais, muito embora estes demonstrem certa dificuldade em expressá-los, denotando, inclusive, certa dificuldade em separar os limites profissionais dos limites institucionais.

Para a apreensão desse contexto, seguem algumas respostas:

“Falta de colaborações dos profissionais envolvidos e a dificuldade das pessoas atendidas pela rede, onde com a Resolução 109 de 2009⁵⁹ a rede socioassistencial passou a obrigar as pessoas a irem em busca de sua autonomia” (assistente social 1).

“Considera que o corpo técnico ainda é pequeno para a realização dos trabalhos que os usuários precisam, principalmente na área social” (assistente social 2).

“Creio que meu limite é em realizar como técnicas, palavras certas e técnicas dentro da área de Ass.Social. Como por exemplo o próprio diagnóstico social, um parecer elaborativo, para o Judiciário. Mas com todo esse limite procuro me inteirar e me aprofundar, na perspectiva de aprender, peço sempre opiniões sobre meu limite, para melhor desenvolver o trabalho” (assistente social5).

“Recursos financeiros, pois nossa sustentabilidade depende desses recursos, ou seja, para realizarmos nossas atividades necessitamos de recursos que dependem 50% de recursos de terceiros” (assistente social 8).

“O salário baixo (R\$ 1.000,00); a não contratação em carteira; um Conselho Regional fraco e inexistência de um sindicato atuante. Isso tudo desestimula, desanima no dia-a-dia” (assistente social11).

Assim, parece evidente que o trabalho do assistente social deve ser considerado como um processo, e como tal está implícito no movimento dialético da realidade. Portanto, necessita superar a visão fragmentada através da apropriação teórico-metodológica crítica e do investimento na capacitação permanente.

A desvalorização social e a ausência de prestígio na sociedade também se revelam nas falas dos informantes como uma limitação à sua atuação nas ONGs estudadas. A esse respeito Iamamoto (2007) afirma:

Verifica-se uma tensão entre o projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado (p. 416).

⁵⁹ Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais organizados por níveis de complexidade do SUAS: **Proteção Social Básica** (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos) e **Proteção Social Especial de Média Complexidade** (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida-LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade-PSC; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua) e **de Alta Complexidade** (Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: a) abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências). Fonte: <http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>. Acesso em 27/06/2011.

Contudo, na medida em que verbalizam os limites à sua atuação no espaço ocupacional das ONGs, os informantes esboçam as possibilidades encaradas pelos assistentes sociais sujeitos da pesquisa como um desafio a ser superado, conforme as falas que se seguem:

“Fazer com que as pessoas entendam que a era do assistencialismo passou, que a assistência social intervém de outra forma” (assistente social 1).

“O desafio não só na ONG, mas como profissional, é o de lutar pela emancipação e qualidade social para os usuários que recebem nossos serviços, bem como consolidar o nosso projeto ético-político” (assistente social 4).

“Um dos principais desafios enfrentados tem sido em conseguir atender toda nossa demanda, tendo em vista que a área de abrangência de atuação nos demanda um total de pessoas que a instituição não conseguiu atender devido o seu espaço físico” (assistente social 8)

É possível inferir, pelas respostas apresentadas que, de certa forma, os profissionais buscam uma apreensão da realidade contemporânea, identificando seus limites, mas, também, alternativas de trabalho que procurem concretizar direitos sociais, o que se configura em uma condição fundamental para os assistentes sociais que buscam a consolidação do projeto ético-político da profissão nos seus espaços ocupacionais.

No entanto, outro aspecto de relevância detectado nas respostas se refere ao limite institucional e à relativa autonomia profissional, presentes nas seguintes falas:

“A participação efetiva dos gestores da instituição, como olhar para seu usuário como sujeito de direito” (assistente social 14).

“A ausência de interesse da Administração. Falta de apoio” (assistente social 16).

“Tomar decisões, pois a casa é dirigida por religiosa” (assistente social 17).

As respostas selecionadas sugerem uma reflexão sobre este “fazer” burocrático, tendo como eixo norteador o projeto político-profissional do Serviço Social, para então vislumbrar novas alternativas profissionais. Mas não se pode perder de vista as condições de trabalho e o fato do assistente social também ser um trabalhador, que vende a sua força de trabalho para a sua subsistência. Tal aspecto se torna fundamental para não incorrerem em análises que possam atribuir exclusivamente ao profissional a responsabilidade pelos limites de sua prática. Neste sentido, o projeto ético-político da profissão pode funcionar como um importante balizador de reflexões e críticas, mas não pode alterar a realidade

de trabalho imposta ao assistente social. Há limites pessoais, de formação profissional inclusive, mas há também limites institucionais.

A relativa autonomia ou a sua ausência se dá pelo fato de ela ser tensionada pela venda da força de trabalho, que pode ser destinada a empregadores distintos, tendo em vista que os sujeitos contratantes estabelecem, juntamente com o assistente social, o significado social do seu trabalho, considerando suas funções diferenciadas na sociedade. Nessa perspectiva, Iamamoto (2008) assevera:

(...) existe uma ingerência direta, de partes dos empregadores, na definição do trabalho profissional, na contração de sua integral autonomia. Entretanto, os componentes universais envolvidos na realização de todo trabalho, qualquer que seja a sua natureza, meios, objeto e o próprio trabalho, também se repõem no trabalho do assistente social, ainda que sob condições determinantes (p. 421).

Sendo assim, na qualidade de profissional assalariado, o assistente social acaba por adotar os parâmetros da instituição empregadora. Contudo, é relevante destacar que a aceitação das normas do empregador não são condicionantes à adoção de uma postura alienada e descompromissada diante do projeto ético-político da categoria profissional, ou seja, com o compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com a emancipação humana, diante das degradantes condições de vida a que estão submetidos os usuários dos serviços sociais.

Entretanto, os possíveis limites à atuação dos profissionais das ONGs estudadas se conformam em desafios na medida em que se voltam para a superação das dificuldades encontradas, como demonstram as falas a seguir:

“Realizar o projeto profissional dentro da área” (assistente social 12).

“A cada ano identificamos realidades diversas e procuramos capacitar os que conosco caminham para melhor execução do trabalho. Conhecimento é fundamental” (assistente social 13)

“Ser respeitada enquanto profissional” (assistente social16)

Percebe-se através das falas acima expressas, embora um pouco tímidas, a necessidade do assistente social conhecer e articular as diversas mediações que permeiam a dimensão ética da profissão, para que na realidade trabalhada possam apreender as possibilidades de realizar e redirecionar as suas ações profissionais.

Não obstante, é preciso também considerar que as ações podem ser limitadoras e gerar sentimentos de impotência perante uma dada situação de intervenção, ou podem tornar-se potencializadoras de uma direção emancipatória, com base na construção coletiva de um projeto societário da categoria e reforçar os princípios contidos no Código de Ética da profissão. Nesta perspectiva, Barroco (1999, p. 126) considera que:

A reflexão ética possibilita a crítica à moral dominante pelo desvelamento de seus significados sócio-históricos, permite a desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade. Nesse espaço, a moral também pode ser reavaliada em função de seu caráter legal, quando se indaga sobre a validade das normas e deveres, em sua relação com a liberdade, fundamento ético essencial.

Dessa forma, a reflexão ética nos remete ao enfrentamento das contradições postas ao Serviço Social e que demandam um posicionamento ético-político profissional, onde o dever a ser retratado no Código de Ética, implícito no projeto profissional, expressa a consciência profissional e serve como mediação entre os saberes teórico-metodológicos e os limites da prática profissional.